

PORTUGAL: UMA GEOGRAFIA EM MUDANÇA *
(O levantar de uma questão)

JORGE GASPAR

Verificou-se em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, um surto de interesse pela Geografia, quer enquanto disciplina científica, quer enquanto objecto de estudo. Este interesse manifestou-se de variadas formas, desde o incremento do papel dos geógrafos na vida do país, à utilização da informação geográfica por um número cada vez mais alargado de outros domínios: Comunicação Social, História, Economia, Publicidade...

Pode dizer-se que essa procura da Geografia coincide e é mesmo convergente com idêntica movimentação relativamente à História. A explicação, pelo menos parcial, está na questionação com que o país se confrontou, fechado que foi um ciclo da sua vida. Para nos conhecermos e para nos identificarmos, era necessário saber de onde vínhamos, o que fomos, que papel desempenhamos no conspecto das nações, de que partes somos compostos e como nos integramos no território que ocupamos. Tudo isto porque, como comunidade, precisamos saber para onde vamos, qual vai ser (pode ser) a nossa História e a nossa Geografia do futuro.

Entretanto, nos anos que já mediaram desde o início deste processo, fez-se História e transformou-se a Geografia, embora não se tivessem clarificado os dados conducentes à obtenção de respostas àquelas questões. Apesar de ter sido relevante o papel dos geógrafos

* Texto apresentado na sessão inaugural do III Colóquio Ibérico de Geografia.

durante este período, podemos afirmar, sem grandes probabilidades de gerar controvérsia, que ele ficou aquém do repto e das necessidades reais do país.

Importará, pois, desencadear um processo de reflexão que leve, a um tempo, ao delinear das acções que permitam a percepção do que é e do que poderá ser a expressão do território português e, a outro, a repensar a própria ciência geográfica — tal qual se pratica e deve praticar entre nós, sempre em confronto com a sua situação noutros países.

O facto de a ciência geográfica não ter desempenhado o papel que a conjuntura dos últimos oito anos exigia, tem que ver com distintos factores, uns internos à situação da Geografia em Portugal e outros reflexo da sua evolução noutros países.

A crise do sistema político-económico em que Portugal se insere, e que se manifestou mais claramente desde a primeira metade dos anos 70, tende a erodir mais facilmente as disciplinas académicas «frágeis», aquelas cujo conteúdo teórico e objecto de estudo são mais tenuemente definidos. Estará neste caso a Geografia [Humana]. Compare-se, por exemplo, o que se passa com a Economia: entre ou não em crise, fortalece-se pela eclosão de novos (velhos) paradigmas, intensificando-se as disputas que reforçam a imagem e o peso da disciplina. Já na Geografia [Humana], a sua «fragilidade» está reflectida no facto de o repto da crise não ser dominado (aproveitado), mas antes provocar uma certa marginalização e convulsões internas, que se manifestaram, até agora, por um lado, numa crise de identidade enfraquecedora do potencial anterior e, por outro lado, na falta de perspectivas para que se venham a desenhar caminhos alternativos, influentes a nível académico e social.

Em Portugal, essa crise da Geografia [Humana] só recentemente começou a ser clara. Após 1974, procurou-se percorrer num curto espaço de tempo etapas que já tinham sido incorporadas e ultrapassadas (ou estavam a sê-lo) noutros países: além da clivagem mais ou menos assumida entre a Geografia Física e a Geografia Humana, operou-se o fortalecimento da face quantitativa, favorecendo uma certa «tecnocracia» latente. Só mais tarde se começou a observar a procura de maior coerência entre posicionamentos ideológicos e práticas científicas, quer através da reformulação dos paradigmas existentes, quer através da configuração de novas pers-

pectivas, cujos marcos proeminentes correspondem à adopção de teorias marxistas, por um lado, e, por outro, mais timidamente, à adesão ao ideário do movimento ecologista.

Para lá da aparente importância que adquiriu no ensino secundário a partir de 1976, em certa medida como forma de extirpar desse ensino disciplinas aparentemente mais incómodas, a Geografia registou, como dissemos, um grande incremento de procura, quer na Univeridade, quer noutros variados domínios. O facto deste surto ou «renascimento» ir ao arrepio do que se passara e continua a passar noutros países, nomeadamente os mais desenvolvidos, não poderá ser visto como um desajustamento da nossa sociedade, mas talvez antes como um sintoma de uma realidade específica que implica respostas adequadas. A nossa experiência tanto a nível de ensino em cursos de índole distinta — Geografia, Arquitectura, Planeamento Regional e Engenharia Ambiente — como em variados campos do planeamento e da gestão do território, tem-nos acentuado a convicção de que neste país, na actual conjuntura histórica, poderá e deverá ser relevante o papel da Geografia.

Claro que este optimismo ou este «pregar» não se destinam a «alertar» ou «aconselhar a quem de direito», mas sim a sugerir aos geógrafos a necessidade de reflexão sobre o que lhes deverá competir no momento actual, com as condições disponíveis. Do seu trabalho socialmente consciente e cientificamente coerente ressaltará desde logo a sua relevância e interesse para o progresso da comunidade. A sua própria dispersão geográfica, favorecendo o indispensável contacto pessoal com o primeiro objecto de estudo, o território, constitui vantagem e estímulo para a acção dos geógrafos portugueses.

Em 1983 já é perceptível e legível um número suficiente de transformações na geografia do país, de molde a justificar investigações específicas sobre a evolução recente. Acresce que, como vimos, os novos enfoques teóricos e algumas inovações metodológicas reforçam a necessidade de fazer uma releitura do novo espaço em que nos inserimos. Porque os geógrafos deste país não dispõem de adequados veículos de comunicação permanente e organizada, cremos que seria útil promover em tempo útil uma reunião a nível nacional, onde a problemática aqui tentativamente enunciada poderia ter adequados tratamentos e, sobretudo, onde seria possível estabelecer planos de trabalho para o futuro.

Importa, pois, reler a geografia de Portugal, não só à luz de novos enfoques teóricos, mas também no tratamento de temas que os geógrafos «esqueceram». O ponto de partida estará como sempre na definição do quadro territorial e na sua razão de ser, traçando os contornos da nossa unidade e individualidade, para a partir daí questionar sobre a identidade nacional: o que fomos, o que somos, o que poderemos ser. Um dos caminhos para nos identificarmos e que esteve quase sempre arredado das preocupações tradicionais dos geógrafos portugueses, é o do confronto com os outros países; mais importante que um mapa convencional onde Portugal aparece no extremo ocidental da Europa, de costas viradas para a Espanha e olhando a América, será um mapa ou uma série de mapas que localizem o país noutros espaços, menos perceptíveis visualmente, mas mais reais: o espaço das relações económicas, o das relações culturais, o das relações do poder militar, etc.

Só depois se passará a olhar para dentro, começando normalmente pelos condicionalismos naturais, que estabelecem limites (mais ou menos ultrapassáveis) ao nosso querer, que podem ser bem identificados através das múltiplas «deformações» do espaço que viemos construindo. Importará reflectir sobre situações extremas, para sugerir o seu controlo ou ultrapassagem, identificando as catástrofes mais significativas: inundações, temporais, geadas, secas, incêndios, sismos.

É preciso também reler a geografia dos recursos humanos: o que são e como são. Que políticas demográfico-espaciais poderão os geógrafos ajudar a definir? Neste domínio é preciso recriar um importante ramo de Geografia Humana, a Geografia Médica, que poderá contribuir para uma mais correcta avaliação das perspectivas futuras dos recursos humanos — por certo a nossa maior riqueza, mas também aquela que mais deprimamos. Em estreita conexão com a questão da saúde vem naturalmente a do ensino: como se define actualmente a sua geografia e quais são as tendências de mudança? É buscando uma resposta para estas perguntas que poderemos chegar ao encontro de soluções que levem definitivamente a que Portugal deixe de ser um país de analfabetos e de doutores.

Ourto tema que tem estado afastado das preocupações explícitas dos geógrafos portugueses é o do papel da estrutura social na configuração ou produção dos espaços. Neste domínio o arranque já foi feito em estudos recentes para o conjunto do país e em estudos parcelares para algumas aglomerações urbanas; deverá agora ser dada ênfase não só a novos estudos particularizados, como também a relações globais e sistemáticas: por exemplo, qual a dinâmica da produção do espaço nas áreas rurais e nas áreas urbanas e em que medida constituem travões ou, pelo contrário, poderão impulsionar a mudança social?

Encadeado no tema anterior ocorre desde logo o do processo de desenvolvimento económico, que não poderá continuar a ser analisado apenas intra-muros. É tempo de os geógrafos portugueses se abalancharem na execução de estudos comparativos com outros países, para assim poderem contribuir para a definição das melhores oportunidades que Portugal poderá aproveitar. É lendo de fora para dentro que muitas vezes se pode, com maior segurança, compreender a realidade interna, seja à escala nacional, regional ou local. Entretanto, partindo de distintos enfoques teóricos e munidos de novas técnicas de análise, muitos problemas já mais ou menos classificados poderão ser vistos sob nova luz, desde a ocupação agrícola e florestal à estruturação espacial dos serviços e do comércio, passando pela localização das indústrias.

Assunto novo na preocupação dos geógrafos, mas de facto de importância vital, é o do papel das políticas estatais na produção do espaço. Importa encontrar metodologias de análise e de avaliação dos impactos no território, quer das políticas sectoriais, quer das regionais. Por outro lado, a crescente importância do papel das autarquias locais na modelação do espaço implica também estudo atento das respectivas políticas com reflexos no processo de desenvolvimento económico. As abordagens desta temática não poderão deixar de introduzir a dimensão social, colocando sempre a questão de quem (que grupos sociais) impulsiona esta ou aquela medida de política, ou quem delas beneficia, e em que extensão é que estas vão redefinir a geografia social do país ou de determinadas parcelas do seu território.

Onde e como habitam os portugueses (?) é outra questão que o geógrafo deve colocar de novo. Quais as formas dinâmicas do povoamento e como se relacionam com as actividades e a cultura

em permanente definição? Importa analisar o que significa hoje viver nos campos ou nas cidades, e em que medida essas formas têm potencialidades para se adaptarem às transformações da economia e da sociedade. Naturalmente que a questão da habitação, em sentido lato e em sentido restrito, deverá assumir particular relevância na nova *Geografia de Portugal*.

Povoar e habitar necessitam também ser vistos na perspectiva que decorre dos novos ritmos de vida do homem, em que assume particular relevância a tendência, cada dia mais nítida, para o ser humano duplicar o seu espaço de habitação, resultado da proporção, cada vez maior, do tempo livre (liberto) das actividades económicas. O espaço e o tempo de lazer e de outras formas ocupacionais dos tempos livres deverão constituir preocupação e objecto do estudo do geógrafo, sob o risco de a globalidade ficar menos inteligível.

Por último, sem preconceitos ou traumas de experiências menos «gloriosas» da história da Geografia, devemos-nos debruçar sobre as questões que relevam da acção espiritual, ideológica e política dos homens, na medida em que o seu entendimento permitirá melhor discernir as formas e os conteúdos do espaço que vai sendo construído. Já algo tem sido realizado no domínio da geografia eleitoral, estando definidos os padrões de voto em áreas rurais e urbanas, bem como a diferenciação quer regional, quer intra-urbana. Também existe já um conhecimento substancial relativamente às relações entre a estrutura social e o comportamento eleitoral. Neste específico domínio da geografia eleitoral, importa agora realizar pesquisas, a nível local, que permitam dilucidar dúvidas levantadas com análises mais globalizantes, até porque nalguns casos se notou uma aparente (?) contradição entre os comportamentos eleitorais a nível nacional e o que parecem ser as realidades a nível regional e local.

Ainda abrangida pelo âmbito da Geografia Política, mas ultrapassando-o largamente, levanta-se a questão das nossas fronteiras e do seu papel futuro. A integração dos dois países ibéricos na Comunidade Económica Europeia, implicando maior abertura das nossas fronteiras, terrestre e marítima, constituirá uma realidade absolutamente nova na nossa história e que por certo irá originar profundas transformações na configuração do espaço português. As regiões fronteiriças, que tanto do lado espanhol como do português

se foram esvaziando ao longo dos séculos, deverão ser particularmente sensíveis a essas transformações. Para melhor ou para pior? São questões que necessitam urgente resposta, para a qual poderá ser importante o contributo do geógrafo.

Não só neste último ponto ou naqueles que sublinhámos, aqui e ali, deverá a releitura da geografia de Portugal ter presente o futuro. Rerler só terá sentido quando feito num questionar permanente (que futuro para os portugueses?, que futuro para Portugal?), para desde logo encontrar (inventar) caminhos e soluções que permitam o mais correcto desenvolvimento do espaço, o que é dizer dos seus habitantes.